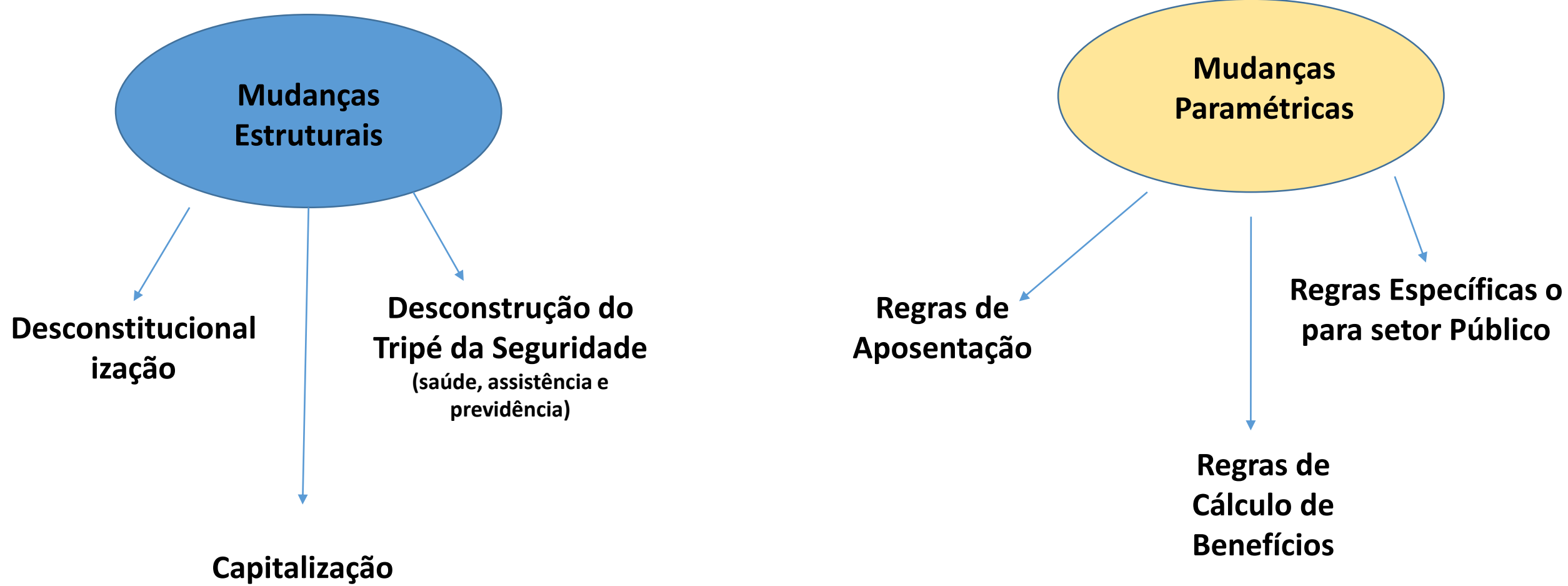


# A Reforma da Previdência Para Jornalistas Entenda A PEC 06/2019

Filipe Costa Leiria



# Mapeando a PEC nº 06/2019



# Mudanças Estruturais da PEC nº 06/2019

## **Desconstrução do Tripé da Seguridade** (saúde, assistência e previdência)

Ideia de segregação e  
autofinanciamento do  
orçamento previdenciário

Ideia de equilíbrio atuarial  
e financeiro para o regime  
de repartição simples

## **Desconstitucionalização**

Define Conceitos

Remete regulamentação  
à Lei Complementar

Amplia Riscos de  
Insegurança Jurídica

## **Capitalização**

Custo de Transição

Dívida Pública

Capitalização Nocial

Capitalização  
Complementar  
Compulsória Estados e  
Municípios

# Mudanças Paramétricas da PEC nº 06/2019

## Regras de Aposentação

Elimina Aposentadoria por Tempo de Contribuição

Eleva de 15 para 20 anos tempo mínimo de contribuição para aposentadoria por idade

Idade mínima móvel para a aposentadoria

Elevação da idade mínima e tempo de contribuição aposentadoria rural

Idade mínima aposentadoria para professores

## Regras de Cálculo de Benefícios

Elevação do tempo de contribuição necessário para alcançar 100% do benefício de aposentadoria: 20 anos além do tempo mínimo para se chegar ao benefício cheio.

## Regras Específicas o para setor Público

Criação da Contribuição Extraordinária para servidores ativos, aposentados e pensionistas, desonerando o Estado

Eliminação do Caráter Público do RPPS

# Análise Crítica da Capitalização (BARR, 2005)

Problemas: Riscos e Incertezas do Sistema previdenciário	Soluções Consideradas Mitos dos Sistemas Previdenciários
Choques Macro econômicos e de preços	Capitalização como solução dos problemas demográficos
Choques Demográficos	A constituição prévia de fundos como forma única de financiar aposentadorias
Riscos Político	Há uma relação direta entre fundos previdenciários e crescimento
Incompetência ou fraude na gestão de fundos	Capitalização de fundos reduz o gasto com aposentadorias
Riscos dos investimentos a flutuações do mercado	Saldar o déficit previdenciário é sempre uma boa política
incerteza sobre os valores adequados das contribuições	Sistemas de fundos implicam sempre em melhores incentivos para o mercado de trabalho
	Fundos de capitalização diversificam riscos
	Ampliar escolhas aumenta o bem -estar
	Capitalização é de fato melhor se os ganhos excedem o crescimento real dos salários
	Sistemas privados de previdência eliminam o envolvimento dos governos

# A Experiência da Capitalização na América Latina

Resultado Encontrado	Descrição
1. As taxas de cobertura estagnaram ou diminuíram	os defensores da privatização argumentaram que as contas individuais obrigatórias teriam maior rentabilidade e, assim, melhoraria o cumprimento das obrigações e aumentaria a propensão para contribuir. Porém, a maioria dos países registrou uma diminuição nas taxas de cobertura dos regimes contributivos. Na Argentina, as taxas de cobertura caíram mais de 20 por cento. O similar foi observado no Chile, México; enquanto em outros países como Bolívia e Uruguai, a cobertura se estagnou.
2. As prestações previdenciárias se deterioraram	A mudança do tipo de plano de benefício definido para contribuição definida teve um sério impacto negativo na suficiência das prestações, com taxas de substituição muitas vezes abaixo dos padrões da OIT, resultando em sérios protestos sociais, demonstrando a impopularidade das privatizações. Na Bolívia, as pensões privadas correspondem em média a apenas 20 por cento do salário médio durante a vida ativa do trabalhador. No Chile, a mediana das taxas de substituição futuras é de 15 por cento e apenas 3,8 por cento para os trabalhadores de baixa renda. A deterioração do nível das prestações sociais resultou em aumentos da pobreza na velhice, comprometendo o objetivo principal dos sistemas de previdência, que é a garantia de renda suficiente para a idade avançada, e exigindo, como consequência, um apoio público significativo

## A Experiência da Capitalização na América Latina

3. A desigualdade de gênero e de renda aumentou

a privatização quebrou o contrato social consagrado na seguridade social. Os programas de seguro social bem concebidos são redistributivos por duas razões principais: (i) por incluir uma transferência de renda dos empregadores para os trabalhadores e (ii) são destinados a redistribuir daqueles com maior renda para aqueles com menor renda ao longo da vida, e de pessoas saudáveis capazes de trabalhar para pessoas doentes, portadoras de deficiência ou incapacitadas de trabalhar, como as mulheres durante sua maternidade. Os componentes redistributivos dos sistemas de previdência social foram suprimidos com a introdução de contas individuais. As contribuições do empregador foram eliminadas. Como a aposentadoria privada é resultado de poupança pessoal, as pessoas de baixa renda ou que tiveram sua vida profissional interrompida - por exemplo por causa da maternidade e das responsabilidades familiares - obtiveram poupanças muito reduzidas e conseqüentemente terminaram com aposentadorias baixas, aumentando assim as desigualdades. Na Bolívia, por exemplo, a proporção de mulheres idosas que recebem uma aposentadoria caiu de 23,7 por cento em 1995 para 12,8 por cento em 2007.

4. Os altos custos de transição criaram pressões fiscais enormes

os custos de transição dos sistemas públicos baseados na solidariedade para os sistemas privados de contas individuais não foram devidamente avaliados pelas instituições financeiras internacionais; em realidade, foram seriamente subestimados em todos os países que privatizaram a previdência social, criando assim novas pressões fiscais. Na Bolívia, os custos reais de transição foram 2,5 vezes a projeção inicial. Da mesma forma, na Argentina, o custo foi inicialmente estimado em 0,2 por cento do PIB em 1994; no entanto, a estimativa foi posteriormente ajustada em 2001 e aumentou 18 vezes, para cerca de 3,6 por cento do PIB. Essa nova crise fiscal gerada foi inaceitável para muitos governos, particularmente porque as preocupações com as pressões fiscais e a sustentabilidade financeira da previdência social eram o motivo principal por trás das reformas de privatização em todos os países. A privatização tinha sido apresentada como o remédio para evitar uma "crise da seguridade social e para assegurar um financiamento futuro mais sustentável aos sistemas de previdência social". Em geral, os custos de transição foram muito altos em todos os países, uma das principais razões pelas quais os governos reverteram a privatização das pensões e voltaram ao sistema público.

## A Experiência da Capitalização na América Latina

<p>5. Custos Administrativos elevados</p>	<p>Os custos administrativos dos fundos de previdência privado eram muito elevados e, em consequência, geraram rendimentos e aposentadorias mais baixos. Os administradores de fundos privados precisam cobrir diversos custos de gestão que não ocorrem nos sistemas públicos, tais como as taxas administrativas, taxas de gestão de investimentos, taxas de custódia, taxas de garantia, taxas de auditoria, taxas de publicidade e taxas jurídicas, entre outras, que - em conjunto - reduzem os ativos acumulados (e conseqüentemente as aposentadorias).</p>
<p>6. Governança Frágil – captura das funções de regulação e supervisão</p>	<p>A captura do regulador é a situação em que uma agência reguladora, criada para defender o interesse público, age em benefício de determinados grupos de interesse econômico do setor que devia ser objeto de regulação. Em geral, a gestão, supervisão e regulamentação dos fundos privados foram fracas; os laços estreitos entre os políticos e o setor financeiro, bem como a escassez de pessoal qualificado de alto nível na regulamentação dos mercados financeiros, contribuíram para a seleção de reguladores que já atuavam no setor, acomodando assim os interesses privados. Além disso, em muitos países, como o Estado Plurinacional da Bolívia, o envolvimento dos parceiros sociais na supervisão dos fundos de pensão privados foi excluído, prejudicando assim a supervisão em vigor.</p>



## A Experiência da Capitalização na América Latina

7. Concentração no setor de seguros privados

os proponentes da privatização da previdência argumentaram também que a privatização pudesse gerar competição entre os muitos administradores privados e, assim, melhoraria a eficiência e a prestação de serviços. Porém, a concorrência entre os fundos de pensão resultou baixa, com alguns países (por exemplo, Bolívia e El Salvador) tendo apenas dois grandes administradores de previdência, criando-se mercados oligopolistas e, assim, eliminando-se os benefícios decorrentes da concorrência. O número de administradores chilenos de fundos privados de previdência (as chamadas AFPs) caiu de 21 em 1994 para 5 em 2008, com as três maiores empresas detendo 86 por cento dos ativos. Frequentemente, os grupos financeiros internacionais são os principais acionistas dos administradores dos fundos de previdência privados nacionais, ou ainda, estes são subsidiárias daqueles.

8. Quem se beneficiou das poupanças de aposentadoria das pessoas?

O setor financeiro. E esta é uma questão séria para o desenvolvimento nacional. Em muitos países, as reservas da previdência na fase acumulativa foram usadas para o desenvolvimento nacional, como foi feito na Europa. No entanto, o uso de fundos de previdência para investimento público nacional em geral se perdeu nos sistemas privatizados de capitalização, que investiram as poupanças individuais em mercados de capitais buscando retornos elevados, sem colocar as metas nacionais de desenvolvimento como prioridade. As experiências de privatização nos países em desenvolvimento mostram que o setor financeiro, os administradores privados e as empresas comerciais de seguros de vida são, aparentemente, quem mais se beneficia da poupança previdenciária das pessoas - muitas vezes são os grupos financeiros internacionais que detêm a maioria dos fundos investidos. De fato, na maioria dos países, os regulamentos nacionais de investimentos não incluem quaisquer restrições ao investimento dos fundos de previdência no exterior, mesmo em países com extrema necessidade de investimentos sociais e econômicos. No Chile, os administradores de previdência privada podem investir até 80 por cento de seus ativos - correspondendo a 56 por cento do PIB do Chile - em mercados externos.

## A Experiência da Capitalização na América Latina

<p>9. Efeito limitado nos mercados de capitais dos países em desenvolvimento</p>	<p>Nos países com mercados de capitais pouco profundos e pouco diversificados, os investimentos podem ser fortemente concentrados no estrangeiro ou focados em títulos da dívida pública. Os títulos da dívida pública eram frequentemente emitidos para financiar os elevados custos de transição da privatização da previdência, gerando um círculo vicioso e oneroso, no qual os administradores de fundos de previdência privados são os únicos beneficiários desse processo - por meio da cobrança dos custos administrativos pelas transações financeiras. Em El Salvador e no Estado Plurinacional da Bolívia, os títulos da dívida pública constituíam inicialmente cerca de 80 por cento de todos os ativos. Entretanto, no Chile e nas economias de renda alta, há evidências sobre efeitos positivos em mercados de capitais.</p>
<p>10. Riscos demográficos e do mercado financeiro transferidos para os indivíduos</p>	<p>Os sistemas privados de contas individuais transferiram o ônus dos riscos sistêmicos para o indivíduo, deixando o trabalhador arcar com os riscos de investimento, de longevidade e de inflação. No Chile, na crise de 2008, as AFPs perderam 60 por cento de todas as prestações acumuladas entre 1982 e 2008. Na Argentina, a crise financeira doméstica de 2001-02 levou a uma diminuição de 44 por cento nos fundos de previdência privados. No Peru, os ativos dos fundos de aposentadoria privados caíram 50 por cento durante a crise financeira de 2008, já que os gestores privados haviam investido os fundos em instrumentos de alto risco. Em alguns países, o Estado precisou intervir para compensar aposentadorias que deveriam ter sido pagas pelo sistema privado. Por exemplo, em 2008, o governo chileno teve que pagar complementos de aposentadoria. No mesmo ano, 77 por cento dos pagamentos de aposentadorias foi feito pelo governo argentino, para cobrir integralmente 445.000 aposentados do pilar privado, bem como parcialmente com pagamentos adicionais a 179.000 aposentados para manter a garantia de aposentadoria mínima.</p>

## A Experiência da Capitalização na América Latina

### 11. Diálogo social deteriorado

A maioria das reformas estruturais foi implementada com limitado diálogo social, o que mais tarde gerou questionamentos sobre a legitimidade das reformas. Houve fortes campanhas na mídia para promover a previdência privada, muitas vezes patrocinadas por fundos de pensão privados, para diminuir a oposição pública. A desconfiança nos sistemas privados de previdência aumentou rapidamente quando as taxas de substituição caíram drasticamente e a suficiência das aposentadorias tornou-se um problema grave, incapaz de proporcionar uma proteção suficiente na idade avançada. Antes das reformas, a maioria dos fundos de previdência social tinha alguma forma de governança tripartite com representantes de trabalhadores, empregadores e governo, de acordo com as normas da OIT. A privatização acabou com essa participação social no novo sistema, embora os trabalhadores fossem os únicos contribuintes e proprietários da sua conta individual

# Referências e Material Complementar

- BARR, Nicolas. Reforming pensions: myths, truths, and policy choices. London School of Economics and Political Science-LSE. Londres (UK), 2005. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2000/wp00139.pdf>>. Acesso em : 08-08-2018.
- BBC News. Reforma da Previdência: por que 4 países da América Latina revisam modelo de capitalização, prometido por Paulo Guedes. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47003508>. Acesso em: 20 mar 2019.
- BRASIL. Proposta de Emenda constitucional nº 06/2019. Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>. Acesso em : 20 fev 2019.
- CESARATTO, Sergio. Pension Reform and Economic Theory: A Non-Ortodox Analysis. Cheltenham (UK). Edward Elgar Publishing, 2014.
- ORTIZ, Isabel; DURÁN-VALVERDE, Fabio; UBAN, Stefan; WODSAK, Veronika. Reversing Pension Privatization: Key Issues . Disponível em: <<https://www.social-protection.org/gimi/RessourcePDF.action?id=55463>>. Acesso em: 22 fev 2019. (NOTA OIT)
- World Economic Forum, 2017 – Committed to Improving The State of The World . White Paper: We'll live to 100 – How Can We Afford it? . Disponível em : [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_White\\_Paper\\_We\\_Will\\_Live\\_to\\_100.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_White_Paper_We_Will_Live_to_100.pdf)
- Banco Interamericano de Desarrollo, 2018. Presente y Futuro de Las Pensiones en America Latina y El Caribe . Disponível em : <https://publications.iadb.org/es/presente-y-futuro-de-las-pensiones-en-america-latina-y-el-caribe>